



CAPITAL ESTRANGEIRO, RISCO FISCAL E A NOVA GEOGRAFIA DOS INVESTIMENTOS

Por José Carlos A Freitas

A retirada de R\$ 18,1 bilhões por investidores estrangeiros da Bolsa brasileira nas duas primeiras semanas de agosto de 2026, a maior saída desde o início da pandemia, é mais do que um dado negativo do mercado financeiro. Ela funciona como um termômetro da confiança e mostra como o capital internacional compara países, riscos e oportunidades antes de decidir onde permanecer.

O primeiro ponto é que esse movimento não pode ser explicado apenas pela conjuntura brasileira. A elevação dos juros dos títulos públicos dos Estados Unidos tornou ativos considerados seguros mais competitivos. Ao mesmo tempo, empresas ligadas à inteligência artificial, concentradas principalmente nos mercados americano e asiático, voltaram a atrair investidores após divulgarem resultados consistentes. Somam-se a esse quadro as tensões no Oriente Médio, a alta do petróleo e o aumento dos juros de longo prazo no Japão, fatores que reduzem o interesse por economias emergentes.

Entretanto, a partir da aproximação das eleições, o componente doméstico ganhou relevância. O investidor deseja saber se o próximo governo terá disposição para controlar despesas, estabilizar a dívida pública e preservar regras fiscais críveis. Na ausência de propostas claras, aumenta o prêmio exigido para manter recursos no país. A consequência aparece na Bolsa, no câmbio e nos juros futuros: em agosto, o Ibovespa acumulava queda de 5,71% até a publicação do levantamento.

Há também uma questão estrutural. O Ibovespa possui forte presença de bancos, commodities, petróleo e empresas tradicionais, mas participação limitada de companhias de tecnologia e inteligência artificial. Isso significa que, quando a inovação tecnológica lidera o crescimento mundial, o Brasil oferece poucas alternativas para capturar diretamente essa tendência. O bom resultado do setor de óleo e gás ajuda o índice, porém não substitui a necessidade de diversificação e de estímulo a empresas intensivas em conhecimento.

Os cenários apresentados para o câmbio deixam clara a importância da política fiscal. Em uma trajetória de deterioração, o dólar poderia alcançar aproximadamente R\$ 5,50 e os juros longos, 15,5%. Em um ambiente de ajuste, a moeda poderia recuar para perto de R\$ 4,90, acompanhada de redução dos juros futuros. Não se trata de previsões inevitáveis, mas de simulações que revelam como expectativas influenciam preços antes mesmo de as decisões políticas serem executadas.

A principal lição é que juros domésticos elevados, isoladamente, não garantem a permanência do capital externo. O retorno precisa compensar os riscos fiscal, político, cambial e institucional, além de competir com oportunidades existentes no restante do mundo. Para recuperar atratividade de forma sustentável, o Brasil necessita de clareza nas propostas econômicas, responsabilidade fiscal, segurança institucional e uma estratégia que amplie sua participação na economia da inovação. O capital estrangeiro pode voltar rapidamente, mas confiança duradoura exige coerência, previsibilidade e resultados.

Fonte do material: NALIN, Carolina. Saída de estrangeiro da Bolsa já chega a R\$ 18 bi em agosto, no pior mês desde a pandemia. O Globo, Rio de Janeiro, 20 ago. 2026. Caderno Economia.